



CAMINHOS PARA O FUTURO QUE QUEREMOS

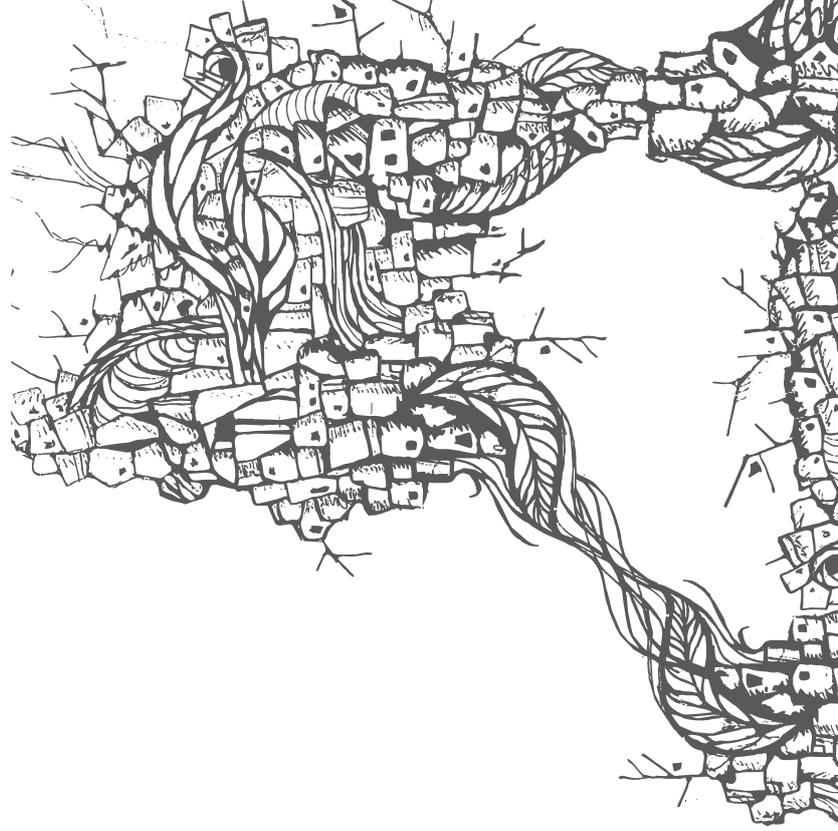
VOLUME 2 2015

PANORAMA DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL
Impasses e Perspectivas de Avanço

IGOR FUSER







CAMINHOS PARA O FUTURO QUE QUEREMOS

PANORAMA DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA NA AMÉRICA DO SUL
Impasses e Perspectivas de Avanço

IGOR FUSER

VOLUME 2 2015



O AUTOR

Igor Fuser

Igor Fuser é professor do curso de Relações Internacionais e da Pós-Graduação em Energia, na Universidade Federal do ABC (UFABC). É Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação Santiago Dantas (UNESP/Unicamp/PUC-SP) e possui graduação em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo.

E-mail: igor.fuser@ufabc.edu.br

PALAVRAS-CHAVE



SUGESTÃO DE CITAÇÃO

FUSER, Igor. Panorama da integração energética na América do Sul, impasses e perspectivas de avanço. Rio de Janeiro: CEBRI, 2015.

APRESENTAÇÃO

Com o objetivo de avançar o conhecimento sobre a agenda internacional do desenvolvimento sustentável e formular propostas voltadas para a atuação do Brasil nessa área, o CEBRI desenvolveu o projeto Caminhos para o Futuro que Queremos em parceria com a Fundação Konrad Adenauer (KAS).

Ao longo dos últimos anos, essa iniciativa gerou estudos importantes sobre temas como a agenda de desenvolvimento pós-2015, indicadores socioambientais e finanças verdes. Em 2015, as atenções do projeto se voltaram para a questão energética, que exemplifica a complexa interação entre desenvolvimento socioeconômico e meio ambiente.

Para entender os principais desafios e oportunidades presentes nos cenários energéticos nacional e global, o CEBRI promoveu encontros que reuniram especialistas em energia, representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil. Essas reuniões foram úteis para mapear as inquietações que cercam a geração de energia, como a busca por segurança energética, a necessidade de reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE), as controvérsias acerca das regulações do setor e a preocupação com os impactos socioambientais.

Como resultado desses esforços, o CEBRI apresenta o artigo “Panorama da integração energética na América do Sul, impasses e perspectivas de avanço”, desenvolvido por Igor Fuser. Nesse texto, Fuser analisa o estado atual da integração energética regional, apontando as realizações mais importantes e examinando os principais obstáculos que marcaram esse percurso.

Como destaca o autor, a região sul-americana conta com um número expressivo de empreendimentos de interconexão energética e de compartilhamento de recursos hídricos entre dois ou mais

países, como as usinas de Itaipu, Yaciretá e Salto Grande. Nesses casos, a utilização compartilhada dos recursos energéticos tem se mostrado benéfica para os países envolvidos, contribuindo com a redução de custos na geração de energia, com a diversificação da matriz energética e com a segurança energética.

A despeito dos projetos já desenvolvidos, Fuser afirma que há um grande potencial para cooperação regional em energia que ainda segue inexplorado – em grande medida, devido a dificuldades de entendimentos no campo jurídico. Como observa o autor, a integração energética depende da construção de acordos e instituições regionais efetivos nos planos econômico, político e social.

Em suas conclusões, Fuser destaca o papel do Brasil, cuja atuação pode ser fundamental para revitalizar esforços de integração energética regional. Levando em consideração suas dimensões geográficas, econômicas, demográficas e a pujança do seu setor elétrico, o país pode contratar energia de seus vizinhos, de modo a viabilizar empreendimentos que, de outra maneira, não seriam exequíveis do ponto de vista econômico dos demais países da América do Sul.

Por meio desse estudo, o CEBRI espera contribuir para um maior entendimento da cooperação energética na América do Sul e oferecer propostas de políticas alinhadas com as prioridades do desenvolvimento nacional e da sustentabilidade global.

Roberto Fendt Jr.
Diretor Executivo do CEBRI

Renata H. Dalaqua
Coordenadora do projeto

1. INTRODUÇÃO

A integração energética é a utilização compartilhada de recursos energéticos por dois ou mais países, aproveitando complementaridades naturais e/ou econômicas, de modo a gerar benefícios para todas as partes. Dessa maneira, ela envolve o fluxo de energia através das fronteiras, por meio de gasodutos, oleodutos e redes de transmissão elétrica, ou a instalação de empreendimentos em parceria para o aproveitamento dos rios que demarcam as fronteiras.

Iniciativas desse tipo de integração reforçam a segurança energética¹ dos países compradores ou receptores, ao viabilizarem o aporte adicional de recursos estratégicos para as atividades econômicas e o bem-estar da sociedade. Além disso, a integração reduz custos e torna mais diversificada a matriz energética, facultando a opção por fontes de energia com menor impacto ambiental. Ao mesmo tempo, favorece a arrecadação fiscal e o desenvolvimento econômico e social nos países exportadores. Essas e outras vantagens da integração energética são apresentadas no Box 1.

nota

¹ Segurança energética é a garantia do acesso, de forma permanente e a preços viáveis, aos recursos de energia necessários para as atividades econômicas, o bem-estar da população e a capacidade de defesa nacional de um país.

BOX 1

Principais vantagens da integração energética

Segurança energética

Aporte adicional de recursos energéticos procedentes de um país vizinho, que se somam aos já disponíveis na matriz nacional.

Diversificação

Redução da vulnerabilidade a fatores climáticos, políticos e econômicos.

Redução de custos

Corte na importação de combustíveis mais caros; economia de escala viabiliza empreendimentos que não seriam rentáveis em âmbito nacional.

Aproveitamento das sazonalidades

Ligação entre regiões com diferentes regimes hidrológicos e climáticos, ampliando a oferta de energia “firme” a partir de fontes intermitentes, como as energias hídrica e eólica.

Preservação ambiental

Possibilidade de optar por fontes energéticas mais limpas.

Aproveitamento da posição geográfica

Abastecimento mais econômico de regiões que podem receber energia de localidades mais próximas.

Entre os múltiplos atores envolvidos no tema da integração regional da América do Sul, há uma avaliação consensual de que todos os países da região teriam imensos benefícios com a integração energética. As fontes energéticas existentes no território sul-americano são mais do que suficientes para atender às necessidades da região, que é exportadora líquida de energia, isto é, exporta bens energéticos em valor maior do que os correspondentes às importações.

Existem recursos hídricos em abundância, além de importantes reservas de petróleo, gás natural e carvão, e um imenso potencial para a geração de energia eólica, solar e geotérmica. O Brasil, além do crescente protagonismo no mercado dos hidrocarbonetos adquirido a partir da exploração das reservas petrolíferas do pré-sal, possui jazidas importantes de urânio e se destaca pela produção de biocombustíveis. A Venezuela tem a maior reserva petrolífera do mundo. A Argentina se destaca pelos empreendimentos de exploração de suas grandes reservas de gás de xisto (*shale gas*) e óleo não convencional (*tight oil*).

Na América do Sul, as fontes de energia estão distribuídas geograficamente de tal forma que potencializam as sinergias e realçam a necessidade da integração energética. Peru, Bolívia e Paraguai possuem recursos potenciais de geração de hidreletricidade muito superiores às suas necessidades de consumo, enquanto países como o Chile e o Uruguai enfrentam dificuldades crescentes para satisfazer suas respectivas demandas de abastecimento energético. No total, as reservas de gás comprovadas na região permitiriam o consumo por mais de cem anos (considerando o consumo anual equivalente ao de 2009) e o potencial hidrelétrico é 2,7 vezes maior que o total da potência elétrica instalada na região (CIER, 2011).

Um segundo consenso se refere à constatação da imensa distância que há entre a expectativa dos possíveis ganhos e a integração energética regional realmente existente. Embora haja importantes empreendimentos binacionais em plena operação, apresentados no Box 2, os avanços são lentos e as possibilidades em âmbito bilateral ou multilateral permanecem, muitas vezes, apenas no plano das ideias.

Em vista desse cenário complexo, o presente trabalho tem por objetivo traçar um panorama dos desenvolvimentos voltados para a integração energética na América do Sul, apontando as realizações mais importantes e analisando os principais obstáculos que marcaram esse percurso. Ao final, serão explorados caminhos para avançar nesse processo, considerando a possibilidade de o Brasil desempenhar o papel de agente catalisador da integração energética regional.

BOX 2

Principais iniciativas de integração energética na América do Sul

GASODUTOS**1. Yacimientos Bolivian-Gulf – YABOG**

Início da operação: 1972
 Países participantes: Bolívia e Argentina
 Fonte de energia: Gás natural
 Características: Gasoduto entre Rio Grande (Bolívia) e Salta (Argentina), 441 km
 Capacidade de transporte: 4,5 milhões de metros cúbicos/dia

2. Gasoduto Bolívia-Brasil – GASBOL

Início da operação: 1999
 Países participantes: Bolívia e Brasil
 Fonte de energia: Gás natural
 Características: Gasoduto binacional de Rio Grande (Bolívia) a Porto Alegre (Brasil), 3.150 km
 Capacidade de transporte: 32 milhões de metros cúbicos de gás/dia

3. Gasoduto Lateral Cuiabá

Ano de início da operação: 2001
 Países participantes: Bolívia e Brasil
 Fonte de energia: Gás natural
 Características: Gasoduto binacional de Chiquitos (Bolívia) a Cuiabá (Brasil), 642 km
 Capacidade de transporte: 2,2 milhões de metros cúbicos de gás/dia

4. Gasoduto Transguajiro

Início da operação: 2008
 Países participantes: Colômbia e Venezuela
 Fonte de energia: Gás natural
 Características: Gasoduto binacional entre Ballenas (Colômbia) e Maracaibo (Venezuela), 215 km
 Capacidade de transporte: 14 milhões de metros cúbicos/dia

5. Gasoduto Internacional Juana Azurduy

Início da operação: 2011
 Países participantes: Bolívia e Argentina
 Fonte de energia: Gás natural
 Características: Gasoduto binacional entre Campo Grande (Bolívia) e Campo Durán (Argentina), 50 km
 Capacidade de transporte: 11 milhões de metros cúbicos/dia

CENTRAIS E INTERCONEXÕES ELÉTRICAS**6. Binacional Salto Grande**

Início da operação: 1979
 Países participantes: Uruguai e Argentina
 Fonte de energia: Hidrelétrica
 Características: Usina binacional no Rio Uruguai
 Capacidade de geração: 1,9 GW

7. Binacional Itaipu

Início da operação: 1984
 Países participantes: Brasil e Paraguai
 Fonte de energia: Hidrelétrica
 Características: Usina binacional no Rio Itaipu
 Capacidade de geração: 12,6 GW

8. Entidad Binacional Yaciretá

Início da operação: 1994
 Países participantes: Argentina e Paraguai
 Fonte de energia: Hidrelétrica
 Características: Usina binacional no Rio Paraná
 Capacidade de geração: 2,7 GW

9. Estações conversoras de Garabi

Início da operação: 2000
 Países participantes: Brasil e Argentina
 Fonte de energia: Eletricidade de origem hídrica (gerada no Brasil) e térmica (na Argentina)
 Características: Interconexão elétrica binacional que transmite energia nos dois sentidos
 Capacidade de geração: 2 GW/hora

10. Interconexão Elétrica Venezuela-Brasil

Início da operação: 2001
 Países participantes: Venezuela e Brasil
 Fonte de energia: Hidrelétrica
 Características: Linha de transmissão de eletricidade da usina de Guri (Venezuela) a Boa Vista, 676 km
 Capacidade de transmissão: 230 kV

11. Parque Eólico Artilleros

Início da operação: 2015
 Países participantes: Uruguai e Brasil
 Fonte de energia: Eólica
 Características: localizado em Tarariras, Departamento de Colonia, a cerca de 150 km de Montevideu, conta com 31 aerogeradores com altura de 90m e potência nominal de 2,1 MW cada
 Capacidade de geração: 65,1 MW

*DADOS FORNECIDOS PELA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA REGIONAL (CIER).

2. A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA COMO PROJETO REGIONAL

A busca pela complementaridade no campo da energia está presente na raiz das primeiras iniciativas voltadas para a integração regional. No início da década de 1960, a formação da Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), no âmbito intergovernamental, teve como contrapartida, no lado das empresas (públicas e privadas), o surgimento da Comissão de Integração Energética Regional (CIER), em 1965, e da Assistência Recíproca de Empresas de Petróleo e Gás Natural da América Latina (ARPEL).²

Em 1973, o Tratado de Lima criou a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), com a finalidade de realizar estudos e promover a cooperação energética. Na década de 1990, o tema da integração energética esteve presente na agenda do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e, mais tarde, no processo que levou à formação da União das Nações da América do Sul (Unasul).

Os projetos de infraestrutura e de energia foram promovidos ao topo da agenda regional na reunião de todos os presidentes dos países da América do Sul realizada em 2000, em Brasília, quando se criou a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Pela sua importância, o assunto deu motivo à realização da I Cúpula Energética Sul-Americana, na ilha de Margarita, Venezuela, em 2007. Nesse encontro foi criado o Conselho Energético da América do Sul (CEAS), que reúne os ministros da Energia de todos os países com objetivo de elaborar uma proposta de Estratégia Energética Sul-Americana, um Plano de Ação e o Tratado Energético Sul-Americano (TES).

Mais tarde, o CEAS, assim como a IIRSA, foi incorporado à estrutura da Unasul. A nova instituição estabeleceu entre suas prioridades a integração energética e absorveu a IIRSA em um novo organismo, o Conselho de Integração e Planejamento da Infraestrutura (COSIPLAN). Para a Unasul, a estratégia energética da região deve estar focada na integração. A IIRSA e as principais instituições estão listadas no Box 3.

nota

² Posteriormente, o nome da organização foi alterado para Associação Regional das Empresas do Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da América Latina e do Caribe.

BOX 3

Principais instituições do setor de energia na região

Comissão de Integração Energética Regional (CIER)

Ano da criação: 1964

Sede: Viña del Mar, Chile

Funções: Estudos e intercâmbio de informações

Participantes: Empresas privadas e estatais, agências governamentais

Organização Latino-Americana de Energia (OLADE)

Ano da criação: 1973

Sede: Quito, Equador

Funções: Articular as políticas estatais a fim de contribuir para a integração, o desenvolvimento sustentável e a segurança energética da região

Participantes: Ministros da Energia de 25 países da América Latina e Caribe

Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)

Ano da criação: 2000

Sede: Quito, Equador

Funções: Planejamento e execução de projetos nos setores de transporte, energia e comunicações no âmbito do COSIPLAN, organismo da Unasul

Participantes: Os governos de todos os países-membros da Unasul

Associação Regional das Empresas do Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da América Latina e do Caribe (ARPEL)

Ano da criação: 1965

Sede: Montevideu, Uruguai

Funções: Fórum empresarial para o intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre energia, integração energética e meio ambiente

Participantes: 31 empresas privadas e estatais, ligadas de diferentes maneiras ao setor de energia

No âmbito do MERCOSUL, a integração energética também ocupa lugar de destaque, registrando-se iniciativas em duas frentes. A primeira se concentra nas atividades do Subgrupo de Trabalho em Energia (SGT-9), que produziu algumas diretrizes e resoluções, como o Memorando de Entendimento Relativo aos Intercâmbios Elétricos e Integração Elétrica no MERCOSUL e o Memorando de Entendimento Relativo aos Intercâmbios e Integração Gasífera entre os Estados Partes do MERCOSUL. Esses documentos estabelecem princípios destinados a assegurar condições competitivas no mercado de geração de eletricidade e de produção de gás natural, certificar a transparência das operações e garantir o fornecimento de energia, entre outros (FIESP, 2014).

A outra frente de atuação do MERCOSUL em relação ao arcabouço jurídico dos investimentos e do comércio em energia se expressa no Acordo-Quadro sobre Complementação Energética Regional.

Estabelecido em 2005, o acordo tem por meta contribuir para o avanço da integração energética regional em matéria de sistemas de produção, transporte, distribuição e comercialização de produtos energéticos entre os Estados Partes.

3. A TRAJETÓRIA DA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA REGIONAL

1ª Etapa

A trajetória da integração energética regional pode ser melhor compreendida quando dividida em três etapas distintas. A primeira delas teve início no final da década de 1960 e se estende até meados dos anos de 1980. Esse período ficou marcado pela forte participação do Estado no setor energético e pelos grandes projetos binacionais, como as hidrelétricas de Itaipu (Brasil-Paraguai), Yaciretá (Argentina-Paraguai) e Salto Grande (Argentina-Uruguai). A realização dessas grandes obras esteve relacionada com a existência de rios caudalosos nas fronteiras entre os países, o que exige empreendimentos binacionais para o aproveitamento do seu potencial energético (OXILIA e FAGÁ, 2006).

A construção da usina de Itaipu foi uma iniciativa do governo brasileiro, interessado em aumentar a geração de eletricidade para atender às demandas do crescimento da produção industrial e, ao mesmo tempo, reduzir os gastos públicos com o crescente consumo de energia. Havia também o interesse geopolítico do Brasil em se aproximar politicamente do Paraguai, visando a contrabalançar a influência da Argentina sobre esse país.

O marco jurídico que sustenta esse empreendimento é o Tratado de Itaipu, firmado em 1973 pelos governos do Brasil e do Paraguai. Esse tratado divide a propriedade da usina entre os dois países, em partes iguais, por meio da criação de uma empresa, a Itaipu Binacional, na qual os sócios são as empresas de energia do Brasil e do Paraguai – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Administración Nacional de Electricidad (ANDE), respectivamente. Inaugurada em 1984, a usina de Itaipu atualmente fornece 17,3% da energia elétrica consumida no Brasil e 72,5% da usada pelo Paraguai (ITAIPIU, 2015).

A usina de Yaciretá foi construída com base em um tratado similar ao de Itaipu, assinado no mesmo ano de 1973, mas só começou a operar em 1994. Já a usina de Salto Grande, no trecho médio do Rio Uruguai, é o resultado de um convênio firmado pela Argentina e pelo Uruguai em 1946. As obras foram iniciadas em 1973 e, seis anos depois, a usina começou a gerar energia.

No mesmo período, foi construído também o primeiro gasoduto internacional na América do Sul, o Yacimientos Bolivian-Gulf (YABOG), entre a Bolívia e a Argentina, com financiamento do Banco Mundial. O empreendimento teve início em 1968, quando os dois países assinaram um contrato para o envio de gás boliviano durante vinte anos, em um volume máximo de 4,5 milhões de metros cúbicos diários. Para transportar o gás, decidiu-se construir um gasoduto ligando Rio Grande, na Bolívia, à rede argentina de gasodutos em Salta, num percurso de 441 quilômetros.

O gasoduto foi inaugurado em 1972. No período de operação do YABOG, a importância da produção de gás na economia da Bolívia foi crescendo até superar a metade da receita total de exportações. Mas o mercado gasífero argentino evoluiu de um modo diverso do que previam ambos os governos na ocasião dos acordos para a construção do gasoduto. Novas reservas, descobertas na Argentina ao final da década de 1970, expandiram rapidamente a produção interna a preços mais baixos que o do gás boliviano, que deixou de ser competitivo.

No novo contexto, os dois países renegociaram o preço do gás, que diminuiu 20%. Após o vencimento do contrato, em 1992, o fornecimento foi reduzido drasticamente, até que só restasse um fluxo residual. Em 2006, quando a Argentina se viu novamente na necessidade de importar gás boliviano, o YABOG voltou a ser utilizado em sua plena capacidade, por meio de um novo contrato, com duração de vinte anos, entre as estatais Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) e Energía Argentina S.A. (ENARSA).

2ª Etapa

O segundo momento da integração energética, no período que se estende entre 1985 e o final da década de 1990, caracterizou-se pela centralidade dos investimentos privados, com a redução relativa do papel do Estado. A ideia da integração regional foi incorporada à agenda política da América do Sul dentro da perspectiva de que os investimentos externos e os fluxos de comércio levariam ao desenvolvimento econômico (PADULA, 2014).

Nesse período, a liberalização dos mercados trouxe consigo um aumento extraordinário dos investimentos diretos no setor energético da América Latina. Todavia, esse avanço não se deu sem problemas. Em alguns casos, resultou na exploração predatória de recursos naturais não renováveis, provocando o desabastecimento, como ocorreu com a rede de gasodutos Argentina-Chile, de existência efêmera. Em outras ocasiões, o ingresso de empresas estrangeiras, no contexto da privatização de estatais, ocorreu em meio a fortes

controvérsias entre os atores políticos internos. Como exemplo, é possível citar a entrada da Petrobras e de outras companhias no setor dos hidrocarbonetos na Bolívia, durante os anos 90.³

Outra característica desse período foi a ênfase nas usinas termelétricas – sobretudo, no Brasil, na Argentina e no Chile – em detrimento das represas hidrelétricas. A necessidade de abastecimento dessas termelétricas colocou na ordem do dia a ampliação da oferta de gás natural e seu transporte através de grandes dutos. Em 1996 se iniciou a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil (GASBOL), inaugurado três anos depois.

O GASBOL é o maior gasoduto em operação na América do Sul, com a capacidade de transportar 32 milhões de metros cúbicos diários de gás natural. Suas tubulações se estendem por 3.150 km, desde Rio Grande, na Bolívia, até Paulínia, no Estado de São Paulo, e depois, por uma ramificação, até Porto Alegre. O lado brasileiro (2.593 km) pertence à Petrobras e o boliviano (557 km) à YPFB.

Atualmente, o GASBOL fornece quase a metade do gás natural consumido no Brasil, país em que essa fonte de combustível representa cerca de 13% da matriz da energia primária. O contrato, com duração de vinte anos, vence em 2019, e as duas partes já anunciaram a intenção de renová-lo.

No caso da Argentina, a privatização do setor energético foi acompanhada pela construção de uma rede de nove gasodutos, todos eles privados, para a exportação de gás argentino a países vizinhos – seis deles, para o Chile; dois, para o Uruguai; e um para o Brasil. Inaugurados em um período que vai de 1996 a 2002, os nove dutos para transporte de gás argentino a países vizinhos se situam no centro do episódio mais desastroso na história dos projetos de intercâmbio internacional de energia na América do Sul.

Depois de alguns anos de operação, eles foram atingidos pela crise no abastecimento interno de gás natural na Argentina, o que levou o governo do presidente Néstor Kirchner a interromper ou a reduzir drasticamente, a partir de abril de 2004, as exportações de gás previstas nos respectivos contratos. A medida, totalmente inesperada, provocou uma crise energética no Chile, que foi obrigado a restringir o abastecimento e a importar gás natural liquefeito (GNL) de outros países, pelo dobro do preço (SOHR, 2012).

3ª Etapa

O novo milênio inaugurou um terceiro momento da integração energética regional, com a ascensão de governos nacionalistas em alguns países da América do Sul e o questionamento de políticas

nota

³ O contexto conflituoso em que se deu a implantação desses empreendimentos deu margem para que, na década seguinte, os contratos firmados naquele período fossem apontados como injustos, ilegais ou lesivos aos interesses nacionais bolivianos.

consideradas como “pró-mercado”. Nesse novo cenário, empreendimentos dos períodos anteriores, como o intercâmbio de gás Bolívia-Brasil e o Tratado de Itaipu, passaram por um processo de revisão, com a adoção de novas regras consideradas mais justas do ponto de vista dos Estados fornecedores de recursos naturais. Todavia, o questionamento e a alteração de contratos contribuíram para disseminar uma percepção de “insegurança jurídica” entre as empresas privadas.

Entre os atores que entraram em cena na década de 2000, destaca-se a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), empresa estatal que demonstrou intenso ativismo no campo da integração energética. A principal iniciativa da PDVSA foi a criação da Petroamérica, uma articulação de governos e de empresas estatais de hidrocarbonetos implementada nos marcos da Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA).⁴

A Petroamérica foi projetada para se subdividir em três empresas regionais de energia – a Petrocaribe, a Petroandina e a Petrosur. Entre essas, a que alcançou o maior destaque foi a Petrocaribe, responsável pelo fornecimento de petróleo venezuelano, a preços subsidiados e com condições de pagamento especialmente favoráveis, a 14 países do Caribe e da América Central.

A iniciativa da Petrosur previa projetos em parceria com a Petrobras, mas as duas empresas não conseguiram chegar a um acordo. Após conflitos relacionados com questões financeiras, a Petrobras decidiu levar adiante a construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, sem a participação da PDVSA.

Apesar das divergências com a Petrobras, a Petrosur facilitou a criação de um ambiente cooperativo entre a PDVSA e empresas estatais de hidrocarbonetos do Cone Sul, em especial a ENARSA (Argentina), a ANCAP (Uruguai) e a Petropar (Paraguai). Essas empresas importam petróleo venezuelano com vantagens semelhantes às vigentes na Petrocaribe.

A PDVSA também mantém, por meio da Petroandina, importantes acordos de cooperação técnica com a YPFB, na Bolívia, e teve um papel decisivo na construção da Refinaria do Pacífico, no Equador, em um projeto de US\$ 13 bilhões, atualmente compartilhado com a estatal PetroEcuador e a Chinese National Petroleum Company (CNPC).

Outra iniciativa importante é o Gasoduto Internacional Juana Azurduy, inaugurado em 2011, com capacidade para transportar 11 milhões de metros cúbicos diários de gás natural boliviano para a Argentina, onde se liga ao Grande Gasoduto do Nordeste. Em 2012, a Bolívia exportou uma média diária de 31,5 milhões de metros cúbicos de gás para o Brasil e 16,1 milhões de metros cúbicos para a Argentina.

nota

⁴ A ALBA, criada em 2004, é formada por três países da América do Sul (Bolívia, Equador e Venezuela) e seis da América Central (Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Honduras, Nicarágua e São Vicente e Granadinas).

No norte da região, o empreendimento mais importante é o Gasoduto Transguajiro, que liga o município de Ballenas, na parte colombiana da Península de Guajira, a Maracaibo, na Venezuela, onde abastece duas termelétricas e uma indústria petroquímica. O gás colombiano é extraído pela empresa estadunidense Chevron. O duto foi idealizado para abastecer o oeste da Venezuela, onde não existe produção de gás, até que estejam operacionais os projetos de produção gasífera no leste do país. Depois, a previsão é a de que o fluxo venha a se inverter, com o fornecimento de gás venezuelano da PDVSA para o mercado da Colômbia.

Entre o Brasil e a Venezuela, existe, desde 2001, uma interconexão de 676 km para levar a eletricidade da usina hidrelétrica de Guri – a terceira maior do mundo, instalada no Rio Caroní – para o estado de Roraima. A lógica dessa integração se baseia na redução dos gastos com combustíveis fósseis, uma vez que Roraima não está integrado ao sistema elétrico brasileiro. Antes de receber a energia venezuelana, o abastecimento do estado amazônico se dava por geradores que utilizavam óleo combustível e dependiam de uma complexa logística para chegar até a cidade de Boa Vista, a capital.

4. NOVOS PROJETOS

O intercâmbio de eletricidade é o foco da maioria dos novos projetos de integração energética. As interconexões elétricas na região ocorrem em duas zonas separadas: a) a região do Cone Sul, abrangendo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai em um ambiente de cooperação no âmbito do MERCOSUL; b) a região andina, ou seja, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru e Bolívia.

O Chile, por motivos geográficos e também políticos (relacionados com as perdas territoriais bolivianas e peruanas da Guerra do Pacífico, no século XIX), está excluído dos fluxos de energia elétrica que envolvem a Bolívia e o Peru. Existem duas conexões do Chile com a Argentina, uma no sul, muito pequena, entre Alicurá (Argentina) e Valdivia (Chile), com a potência de 33 kW, e uma mais importante, com 777 MW, ligando o norte chileno à província argentina de Salta. Esse enlace utiliza a energia termelétrica, gerada por gás argentino, para abastecer empreendimentos chilenos de mineração.

A Argentina é o país sul-americano que possui maior número de interconexões elétricas com seus vizinhos. Com relação à esse tipo de ligação, o empreendimento mais importante entre Brasil e Argentina se articula ao redor de duas estações conversoras, pertencentes à empresa espanhola Endesa, localizadas em Garabi/RS, próximo à fronteira. Esse sistema, em operação comercial desde 2000, foi

planejado para transmitir energia nos dois sentidos, de acordo com as necessidades de cada uma das partes.

Sendo assim, o Brasil envia eletricidade no inverno (época de carência de energia no mercado argentino, devido ao aumento do consumo) e recebe volumes equivalentes no verão, quando o sistema argentino tem excedentes de gás natural para geração elétrica. Essa mesma linha de transmissão permite a venda de eletricidade brasileira ao Uruguai, passando por território argentino.

A interligação entre o Brasil e o Uruguai envolve um volume mais baixo de energia, em comparação com os enlaces existentes com a Argentina. Ela é realizada através de uma estação de conversão, com potência de 70MW, localizada em Rivera, no Uruguai, e de uma linha de transmissão até Santana do Livramento, no Brasil, por meio da qual ocorre a exportação de energia hidrelétrica brasileira para o país vizinho.

Um estudo desenvolvido pelos dois países, finalizado em 2007, indicou um novo ponto de interligação entre o Brasil e o Uruguai, por meio de uma linha de conexão entre o município uruguaio de San Carlos e o brasileiro de Candiota. O contrato de construção foi assinado em março de 2010, e a entrada em operação está prevista para o presente ano.

Na região andina, a Colômbia tem tirado proveito de seu alto potencial hidrelétrico para estabelecer contratos de venda de eletricidade para o Equador, a Venezuela e o Panamá.

Entre os projetos regionais que ainda não entraram em execução, destaca-se o Complexo Hidrelétrico Garabi-Panambi, que prevê a construção de duas represas com capacidade total de 2.200 MW no mesmo trecho do Rio Uruguai, onde já ocorre, atualmente, a interconexão elétrica Argentina-Brasil. O projeto das represas binacionais de Garabi e Panambi, entre o Rio Grande do Sul e as províncias argentinas de Misiones e Corrientes, é o resultado de uma parceria entre a Eletrobrás e a empresa argentina Empreendimientos Energéticos Binacionales S.A. (EBISA).

Essa obra se encontra em fase de licitação internacional para a contratação dos estudos e dos projetos de engenharia e socioambientais. O plano original, que previa o início da entrada em operação para 2016, encontra-se atrasado devido à resistência de comunidades ribeirinhas nos dois lados da fronteira.

O megaprojeto que tem suscitado maior polêmica envolve a construção de seis usinas hidrelétricas no Peru, a serem geridas pela Eletrobrás, e que, juntas, totalizariam 7 GW de capacidade instalada, conforme um acordo bilateral entre os governos brasileiro e peruano. Uma parte dessa energia se destinaria a abastecer as indústrias de

mineração instaladas no sudeste do Equador, e a outra parte seria exportada para o Brasil, somando-se à eletricidade gerada nas usinas de Jirau e de Santo Antonio, no Rio Madeira.

Dentre esses empreendimentos, todos eles paralisados devido à ação de opositores movidos por razões socioambientais, o que se encontrava em estágio mais avançado era o da represa de Inambari, de 2 GW, no rio de mesmo nome, uma obra de US\$ 5 bilhões que seria executada numa localidade amazônica próxima à fronteira brasileira. Em junho de 2011, poucos dias antes do encerramento do seu mandato, o presidente peruano Alan García cancelou a licença provisória do consórcio brasileiro Egasur (formado pela empreiteira OAS e pela Eletrobrás), atendendo às demandas de moradores da região e de organizações indígenas e ambientalistas.

Com o projeto de Inambari bloqueado por prazo indefinido, as expectativas dos planejadores do sistema elétrico em Brasília se voltam para a Bolívia, onde estão avançadas as negociações para a construção da usina de Cachuela Esperanza, de 800 MW. Em 2011, o empreendimento foi autorizado pelo governo boliviano. Para a transmissão da eletricidade, planeja-se construir uma linha de 2.850 km de extensão, com investimentos de US\$ 792 milhões. Além do acesso à energia abundante e barata, o Brasil também seria beneficiado pelo fato de que a represa de Cachuela Esperanza funcionaria como uma peneira, retendo troncos, galhos e todo o tipo de sedimento do Rio Beni – afluente do Rio Madeira –, o que aumentaria a vida útil e a produção de eletricidade das usinas brasileiras, situadas abaixo no curso das águas.

Outro projeto boliviano na bacia hídrica do Rio Madeira diz respeito à construção da usina de Jaramirim, com capacidade prevista para 900 MW. A meta dos responsáveis pelo setor elétrico da Bolívia é duplicar a capacidade instalada no país com as obras voltadas para a venda de energia ao Brasil, maximizando as vantagens de uma bacia fluvial em que 94% das águas convergem para o Rio Madeira.

No campo das energias renováveis não convencionais, a iniciativa mais relevante é a do Parque Eólico Artilleros, no Uruguai, inaugurado em fevereiro de 2015 como fruto de uma parceria entre a Eletrobrás e a empresa estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE). As duas empresas formaram a Rouar S.A, companhia binacional proprietária do empreendimento. Com capacidade de geração de 65,1 MW, o parque eólico está localizado em Tarariras, Departamento de Colonia, a cerca de 150 km de Montevideu, e conta com 31 aerogeradores com altura de 90m e potência nominal de 2,1 MW cada. Toda a eletricidade gerada em Artilleros será consumida no Uruguai.

Já na área dos biocombustíveis, a experiência bem-sucedida do Brasil

na produção de etanol e biodiesel despertou o interesse de autoridades de vários países sul-americanos. Acordos de cooperação chegaram a ser assinados na segunda metade da década de 2000 com empresas estatais e órgãos públicos do Peru, Colômbia e Argentina, mas esses projetos ficaram no plano das intenções. O foco da cooperação internacional brasileira em biocombustíveis tem se voltado, desde então, para países africanos, principalmente Angola e Moçambique.

A presente pesquisa não localizou dados sobre eventuais ações de cooperação ou parceria do Brasil com países sul-americanos em energia solar e outras fontes não convencionais.

5. DIVERGÊNCIAS SOBRE A INTEGRAÇÃO

Os conflitos e impasses ocorridos em vários projetos de interconexão energética evidenciaram a necessidade de um conjunto coerente de normas, leis e regulamentos comuns, de modo a garantir a segurança jurídica dos Estados e empresas. Esse problema, em um contexto em que coexistem governos com distintas concepções de integração regional e de desenvolvimento econômico, representa um fator de desestímulo aos atores – especialmente, empresas privadas – potencialmente interessados em investir em projetos nessa área.

O problema causa impactos particularmente negativos nos setores de gás natural e de energia elétrica, uma vez que ambos demandam obras de infraestrutura que, além de serem intensivas em capital, exigem planejamento e garantias de longo prazo.

Em estudo recente sobre o tema, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) apontou a ausência de um “quadro regulatório abrangente que promova a transparência e previsibilidade das regras” como um obstáculo à promoção da integração energética. Segundo a instituição, tal quadro poderia evitar que eventuais conflitos causassem limitações ou interrupções do fornecimento ou transporte de energia, além de conflitos diplomáticos (FIESP, 2013).

As propostas formuladas com base no princípio da segurança jurídica dos investidores convergem para a defesa da liberalização do setor de energia e para a adoção de um conjunto abrangente de medidas legais para proteger as empresas de medidas políticas que possam limitar seu controle sobre os empreendimentos e suas expectativas de retorno financeiro. Por outro lado, há políticas que enfatizam o conceito da soberania permanente sobre os recursos naturais, entendida como o pleno uso dos bens energéticos pelas sociedades onde eles se situam, com vistas a atingir objetivos de desenvolvimento econômico e social, definidos a partir do Estado.

Na prática, persiste na região um choque de interesses que se articulam ao redor dessas duas concepções: segurança jurídica, de um lado, e soberania dos recursos naturais, do outro.

É inegável a necessidade de algum nível de harmonização dos marcos jurídicos relevantes para a integração energética. Para tanto, os atores devem concordar com uma instância comum para resolução de conflitos, levando em consideração valores e entendimentos compartilhados pelos países da região. Como notou Hallack,

Uma instituição, para ser legítima na América do Sul, deve preocupar-se em estabelecer parâmetros que garantam uma distribuição equitativa dos benefícios, mantenham os incentivos de todas as partes envolvidas e evitem lacunas e vazios legais (2014, p.406).

Um dos mecanismos em debate, no âmbito da Unasul, é o Tratado Energético Sul-Americano (TES). A estrutura sugerida para o TES busca cumprir com o intuito da Unasul de promover a integração energética para “o aproveitamento integral, sustentável e solidário” dos recursos da região (FIESP, 2013). Entre os marcos pretendidos para a dimensão jurídica da integração energética, destacam-se:

- a) a adoção de princípios que possibilitem a harmonização regulatória da região;
- b) a regulação do tratamento dispensado a empresas transnacionais;
- c) o monitoramento dos fluxos de energia e a adoção de mecanismos a serem empregados em situações de emergência;
- d) os princípios de livre trânsito e não discriminação;
- e) a liberdade de acesso, de maneira regulada, à capacidade instalada remanescente;
- f) a regulação de aspectos fronteiriços para a circulação de energia; e
- g) os aspectos ambientais da integração energética.

Também na OLADE se encontra em debate a proposta de uma Carta Energética Latino-Americana e do Caribe, apresentada na 37ª Reunião de Ministros (de Energia), no México, em 2006. Tal como na iniciativa da Unasul, trata-se de estabelecer uma instituição latino-americana encarregada de acordos e resoluções de caráter energético com a finalidade de promover a criação de um centro de conciliação e arbitragem em energia (HALLACK, 2014).

6. CONCLUSÕES

A partir de um olhar objetivo sobre o que foi alcançado até agora no campo da integração energética na América do Sul, é possível notar que a região já conta com um número expressivo de empreendimentos de interconexão energética e de compartilhamento de recursos hídricos. Além disso, há projetos em andamento ou em fase de estudos, que podem se tornar realidade em um futuro não muito distante.

Para pensar os próximos desdobramentos, é preciso levar em consideração que as iniciativas regionais no campo da energia se situam dentro de um contexto mais amplo, o da integração regional nos planos econômico, político e social. Na medida em que os avanços no processo integracionista se mostram lentos ou limitados, a integração energética também se enfraquece, uma vez que dependem da presença efetiva de instituições regionais respeitadas por todos.

Ainda, nas projeções para o futuro da integração energética, deve-se destacar o Brasil como o único, entre os países sul-americanos, que pode exercer o papel de “agente catalisador” desse processo (CASTRO, ROSENAL e KLAGSBRUNN, 2014). Pelas suas dimensões geográficas, econômicas, demográficas e até mesmo pela pujança do seu setor elétrico, o Brasil se situa numa posição singular no cenário regional. Conforme assinala um estudo do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (GESEL/UFRJ), o mercado brasileiro seria capaz de contratar volumes de energia elétrica em quantidades que pouco expressivas para o país, mas significativas para os outros países. Isso seria suficiente para viabilizar a construção de centrais hidrelétricas que, de outra maneira, não seriam exequíveis do ponto de vista econômico (Idem).

A conduta do Brasil pode fazer toda a diferença, por exemplo, para desatar o nó jurídico que impede o pleno uso da energia de Itaipu. Segundo afirmou Gustavo Cogas, ex-presidente da binacional pelo lado paraguaio, é possível aumentar a capacidade de geração da usina. De acordo com ele, esse excedente de energia poderia ser destinado, através do sistema elétrico paraguaio ou brasileiro, para Argentina ou Uruguai (CODAS, 2013). Todavia, para que isso se torne realidade, será necessário eliminar ou flexibilizar a cláusula do Tratado de Itaipu que obriga o Paraguai a vender para o Brasil a totalidade do excedente de sua parte da energia gerada na usina. Essa é uma questão importante, uma vez que as estimativas apontam que, daqui a 20 ou 25 anos, o Paraguai será o único país sul-americano que ainda disporá de um excedente hidrelétrico capaz de ser exportado em âmbito regional.

Todos os estudos sobre o cenário energético da América do Sul e da América Latina coincidem com o diagnóstico da Corporação

Andina de Fomento (CAF), em 2013, de que a região deverá enfrentar o desafio de uma demanda crescente por energia, como resultado do crescimento das economias nacionais sob o efeito de fatores exógenos (ampliação do comércio internacional) e endógenos (inclusão social, industrialização, crescimento dos centros urbanos). Diante dessa realidade, a CAF apontou a necessidade de “uma maior oferta energética, em especial de eletricidade, gás natural e derivados de petróleo, e de um planejamento energético de longo prazo” (CAF, 2013).

Para dar conta desses desafios, será necessário enfrentar um conjunto de obstáculos, que se estendem desde a falta de recursos financeiros dos Estados para arcar com os investimentos em grandes obras de infraestrutura até as resistências de setores da sociedade civil a esses projetos, com base em argumentos socioambientais. Os principais riscos e obstáculos estão listados no Box 4.

BOX 4

Principais riscos e obstáculos

- “Síndrome da desconfiança”: receio de dependência de fonte externa de energia
- Mudança nas motivações do vendedor ou do comprador
- Mudança das regras fiscais ou de propriedade
- Inexistência de marco institucional para recurso jurídico
- Volatilidade dos preços internacionais da energia
- Instabilidade política: conflitos internos ou internacionais
- Instabilidade financeira: os encargos da dívida ou a variação cambial podem tornar inviável o empreendimento
- Instabilidade econômica: crise fiscal ou na balança de pagamentos inviabiliza gastos planejados
- Surgimento de novas fontes de energia, mais vantajosas
- Resistência de setores da sociedade atingidos pelo empreendimento
- Oposição de entidades nacionais e/ou internacionais por motivos sociais e/ou ambientais
- Aumento da demanda energética no país exportador
- Preferência pela exportação de energia para mercados extrarregionais

Não há dúvida de que a ausência de regras compartilhadas para os investimentos em projetos binacionais ou multinacionais no campo da energia e da infraestrutura representa um sério entrave para o aprofundamento da integração regional sul-americana. Conforme expuseram Luiz Alfredo Salomão e José Malhães da Silva, dispositivos efetivos para a solução de controvérsias constituem instrumentos imprescindíveis para enfrentar situações de crise, bem como para homogeneizar os marcos regulatórios (SALOMÃO e SILVA, 2008).

A busca por mecanismos de resolução de conflitos também deve levar em consideração as controvérsias socioambientais e as divergências sobre políticas de desenvolvimento que, com frequência crescente, interpõem-se entre os projetos de obras de infraestrutura energética e a sua efetiva realização. Nesse sentido, é importante destacar a necessidade de discussões mais amplas sobre a função econômica e social dos novos aportes de energia e também sobre os custos que as sociedades da América do Sul estão dispostas a aceitar.

Normas socioambientais relativas à consulta prévia às populações atingidas (em especial, as comunidades indígenas), ao pleno conhecimento dos impactos das obras como barragens, ao direito dos moradores dessas áreas de serem indenizados de forma justa em caso de deslocamentos, entre outras, devem ser aplicadas com o máximo rigor, sob pena de risco de bloqueio desses empreendimentos diante de pressões locais, nacionais e internacionais.

Em suma, para ser bem-sucedida, a integração energética deve incluir empreendimentos econômicos viáveis e seguros, capazes de garantir a segurança energética e o abastecimento interno dos países envolvidos. Além disso, deve também promover a sustentabilidade socioambiental e os pressupostos para o desenvolvimento econômico e social da região.

7. LISTA DE ACRÔNIMOS

ALALC: Aliança Latino Americana de Livre Comércio

ALBA: Aliança Bolivariana para as Américas

ANCAP: Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland

ANDE: Administración Nacional de Eletricidad

ARPEL: Associação Regional das Empresas do Setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis da América Latina e do Caribe

CAF: Corporação Andina de Fomento

CEAS: Conselho Energético da América do Sul

CIER: Comissão de Integração Energética Regional

CNPC: Chinese National Petroleum Company

COSIPLAN: Conselho de Integração e Planejamento da Infraestrutura

EBISA: Empreendimientos Energéticos Binacionales S.A.

Egasur: Empresa de Generacion Electrica Amazonas Sur

Eletrobrás: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ENARSA: Energía Argentina S.A.

FIESP: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GASBOL: Gasoduto Bolívia-Brasil

GNL: Gás Natural Liquefeito

GW: Giga Watt

IIRSA: Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

MW: Mega Watt

OLADE: Organização Latino-Americana de Energia

PDVSA: Petróleos de Venezuela S.A.

TES: Tratado Energético Sul-Americano

UNASUL: União das Nações da América do Sul

UTE: Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas

YABOG: Yacimientos Bolivian-Gulf

YPFB: Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

8. BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Nivalde José de; ROSENAL, Rubens; KLAGSBRUNN, Victor Hugo. **Perspectivas e Desafios Econômicos e Políticos da Integração Energética na América do Sul e o Papel das Empresas Estatais**. Gesel – Grupo de Estudos do Setor Elétrico, UFRJ, 2014.

CIER. **Síntese Informativa Energética de los Países de la CIER 2007**. Montevideo: CIER, 2007.

CIER. **Síntesis Informativa Energética de los Países de la CIER 2004**. Montevideo: CIER, 2004.

CODAS, Gustavo. **MERCOSUL e integração energética**. Entrevista a Murilo Machado e Daniella Cambaúva, no portal *Opera Mundi*, 2 de junho de 2013, São Paulo.

CAF. **Energía: Una visión sobre los retos y oportunidades en América Latina y el Caribe**. Lima, 2013.

FIESP. **A Regulação do Comércio Internacional de Energia – Combustíveis e Energia Elétrica**. São Paulo: FIESP, 2013.

HALLACK, Michelle Carvalho Metanias. **A integração da indústria de gás natural na América do Sul: desafios institucionais no desenvolvimento de infraestruturas de interconexão**. In: DESIDERÁ NETO, W.A. (org.), *O Brasil e as novas dimensões da integração regional*, p. 353-414. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014.

ITAIPU – USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/es/institucional/preguntas-frecuentes>> Acesso em 15 jun. 2015.

OLADE. **Informe de Estadísticas Energéticas 2009, Año Base 2008**. Quito: Olade, 2009.

OXILIA, Victorio; FAGÁ, Murilo Werneck. **As motivações para a integração energética na América do Sul com base no gás natural**. *Petro & Química*, nº 289, 2006, São Paulo, p. 70-74.

PADULA, Raphael. **Da IIRSA ao COSIPLAN da Unasul: a integração de infraestrutura na América do Sul nos anos 2000 e suas perspectivas de mudança**. In: In: DESIDERÁ NETO, W.A. (org.), *O Brasil e as novas dimensões da integração regional*, p. 291-352. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014.

SALOMÃO, Luiz Alfredo; SILVA, José Malhães da. **A Integração Energética do Subcontinente: Novas Oportunidades e Desafios**. Artigo apresentado em seminário sobre integração regional promovido pelo Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, em 12/03/2008. Disponível na internet em: <<http://www.eppgg.com.br/2013/02/integracao-energetica-do-subcontinente-novas-oportunidades-e-desafios/>> Acesso em 15 jun. 2015.

SOHR, Raúl. Chile a Ciegas – **La triste realidad de nuestro modelo energético**. Santiago de Chile: Debate, 2012.

EXPEDIENTE

Produção editorial

Jonathan Fernandes
Laís Ramalho
Renata H. Dalaqua
Roberto Fendt Jr.
Tatiana Oliveira

Revisão

Charlotte Valadier
Lívia Azevedo
Teresa Costa

Projeto gráfico

EDF Design Gráfico/Web Design

Ilustração

Almanix Web & Design

Impressão

Walprint Gráfica

Todos os direitos reservados ao



CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Rua Candelária, 9 – Grupo 201 – Centro
20091-904 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil
+55 21 2206-4444 – www.cebri.org – cebri@cebri.org.br

PONTOS-CHAVE

1. A integração energética é a utilização compartilhada de recursos energéticos por dois ou mais países, aproveitando complementaridades naturais e/ou econômicas, de modo a gerar benefícios para todas as partes.

2. Na América do Sul, as fontes de energia estão distribuídas geograficamente de tal forma que potencializam as sinergias. A integração energética da região pode contribuir para a redução de custos na geração de energia, a diversificação da matriz energética e a segurança energética.

3. A meta da integração energética está contemplada em projetos mais amplos de integração regional na América do Sul. O MERCOSUL, por exemplo, já estabeleceu alguns princípios comuns que visam a assegurar condições competitivas no mercado de energia e eletricidade, certificar a transparência das operações e garantir o fornecimento de energia.

4. Ao longo das últimas décadas, foram desenvolvidos importantes empreendimentos de interconexão energética e de compartilhamento de recursos hídricos na região sul-americana como as usinas binacionais de Itaipu, Yaciretá e Salto Grande.

5. A infraestrutura da integração gasífera compreende diversos gasodutos na região. O maior deles é o Gasoduto Bolívia-Brasil, com cerca de 3.150 km de extensão. Inaugurado no final da década de 1990, o GASBOL é capaz de transportar 32 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

6. No campo das energias renováveis não convencionais, a iniciativa mais relevante é a do Parque Eólico Artilleros, no Uruguai. Inaugurado em fevereiro de 2015, a obra é fruto de uma parceria entre a Eletrobrás e a empresa uruguaia UTE.

7. Alguns momentos da trajetória da integração energética na América do Sul foram marcados por divergências entre as partes envolvidas. Entre os fatores que dificultaram a realização de obras em parceria estão as alterações no cenário energético nacional, mudanças de governo e instabilidade financeira.

8. A ausência de um marco jurídico compartilhado aumenta a insegurança jurídica, dificulta a resolução de conflitos e representa um fator de desestímulo aos atores potencialmente interessados em investir na integração energética.

RECOMENDAÇÕES

1. Para criar um ambiente mais favorável à cooperação internacional em energia, é preciso que os principais atores envolvidos nos processos de integração regional busquem a harmonização dos marcos jurídicos relevantes para a integração energética. Além disso, é importante que os países estabeleçam uma instância comum para resolução de eventuais conflitos, uma instituição latino-americana que possa servir com um centro de conciliação e arbitragem.

2. Não se pode ignorar o fato de que a integração energética está inserida em um processo de integração regional mais amplo, que inclui a construção de acordos nos planos econômico, político e social. Sendo assim, para fortalecer a cooperação energética, é preciso revitalizar os esforços integracionistas como um todo.

3. Entre os países sul-americanos, o Brasil se destaca pelas suas dimensões geográficas, econômicas, demográficas e até mesmo pela pujança do seu setor elétrico. Levando esses fatores em consideração, o país deve abraçar o papel de agente catalisador da integração energética regional, contratando energia de países vizinhos, de modo a viabilizar empreendimentos que, de outra maneira, não seriam exequíveis do ponto de vista econômico dos demais países da América do Sul.

4. Em diversos países da região, demandas de cunho socioambiental dificultam a realização de empreendimentos no setor energético. A repetição dessas controvérsias aponta para a necessidade de discussões mais amplas sobre a função econômica e social dos novos aportes de energia e também sobre os custos que as sociedades da América do Sul estão dispostas a aceitar. Nesse sentido, é preciso buscar maneiras de promover um debate bem-informado sobre as vantagens e as desvantagens dos empreendimentos energéticos, avaliar se as normas em vigor são consideradas adequadas pelas populações atingidas e implementar mecanismos transparentes de monitoramento dos impactos ambientais e sociais.

CAMINHOS PARA O FUTURO QUE QUEREMOS

VOLUME 2 2015

O CEBRI é um *think tank* – centro de pensamento – que tem por objetivo desenvolver conhecimento e promover o debate sobre temas das relações internacionais, oferecendo subsídios para a definição de políticas públicas. Busca também fomentar o diálogo entre diferentes atores, públicos e privados, com o objetivo de promover um melhor entendimento da agenda internacional, bem como do papel do Brasil no cenário global.

O projeto Caminhos para o Futuro que Queremos é fruto da parceria entre o CEBRI e a Fundação Konrad Adenauer (KAS) para avançar o conhecimento sobre a agenda internacional do desenvolvimento sustentável e formular propostas voltadas para a atuação do Brasil nessa área.

